



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

## TEMA

# CONFLITOS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA: A PRESSÃO TERRITORIAL NAS ILHAS DE ABAETETUBA DECORRENTE DA PRÉ-INSTALAÇÃO DO TERMINAL DE USO PRIVADO – TUP

José Carlos dos Santos Oliveira<sup>1</sup>

Glenda Helena Nunes Correa<sup>2</sup>

Enne Thely Clemente Lebrege Barbosa Pinheiro<sup>3</sup>

**RESUMO:** O projeto de estudos é uma proposta de pesquisa de análise socioambiental assentado teórico metodologicamente na Ecologia Política, a ser aplicado empiricamente, no território das Ilhas do Capim e Xingu, pertencentes ao arquipélago do município de Abaetetuba, no baixo Tocantins do Estado do Para. Considera-se um estudo dentro do contexto da territorialização amazônica no contexto contemporâneo das mudanças da dinâmica espacial que vem incorrendo a territorialidade das ilhas, decorrente de vetores técnicos no Baixo Tocantins. Parte-se do elemento territorialização considerando a limitação de espaços de produção dos ribeirinhos dentre as fenômenos do tensionamento, pressão e conflitos de interesses de uso da terra, consoante a pré-instalação do implemento técnicos portuário. Com base em teorias correspondente à Ciência Geográfica, busca investigar a dinâmica socioambiental dos últimos trinta anos na vidas dos povos ribeirinhos. O projeto está lincado ao programa de pós-graduação em Geografia da UFPA, na linha de pesquisa Dinâmicas Socioambientais e Recursos Naturais na Amazônia do IFCH, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Aparecida da Silva Pimentel.

Palavras-chave: territorialização, estudos, ribeirinhos, dinâmica da paisagem.

<sup>\*1</sup>José Carlos dos Santos Oliveira. Mestrando em Geografia/UFPA.

<sup>\*2</sup>Glenda Helena Nunes Correa. Graduanda em Geografia/UFPA

<sup>\*3</sup>Enne Thely Clemente Lebrege Barbosa Pinheiro. Graduanda em Geografia/UFPA

## 1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa foi construído na perspectiva de uma investigação socioambiental no território circundante das ilhas do Capim e Xingú, do município de Abaetetuba-Pa, no intuito de análise a territorialização e seus desdobramentos na dinâmica da paisagem. O foco está numa investigação que possa analisar o processo de territorialização e os desdobramento ambientais sobre espaço-vivido, decorrentes dos vetores técnicos, a observação temporal é das últimas três décadas, no contexto da indústria mineradora e portuária no Baixo Tocantins.

A motivação parte, primeiramente de falas e angústias dos ribeirinhos que habitam nas ilhas e que relatam estarem sentindo dificuldades de acessos e usos da terra de forma coletiva como sempre fizeram. Por conseguinte, o fato de estar no curso de pós-graduação em Geografia união algumas perspectivas de entender esse processo de territorialização no curso temporal dos últimos trinta anos considerando a presença da empresa ALBRÁS/Alunorte que exploram essa área desde a década de 80. Outrossim, não obstante a problemas ambientais já registrado nas ilhas, sobre a produção de vida nos moldes tradicionais, há um grande projeto a ser assentado na ilha do Xingu e que abrange os dois lados do furo do Capim. Entremeio de trabalhos e vias de acessos às comunidades e que já encontram como vias hidroviária de grandes barcaças e que agora as expectativa da pré-instalação do projeto portuário o Terminal de Uso Privado (TUP/Cargill), no Baixo Tocantins, exatamente na Ilha do Xingu.

Considero a abrangência da temática de grande relevância como estudos nesse momento que os sinos soam na Amazonia os timbres da sustentabilidade do planeta por meio dos acordes (des)afinados da COP/Belém.

O projeto está teórico metodologicamente organizado nos conceitos inerentes à Geografia Crítica Humanista, trazida em Gomes (1996). Assim como, buscou-se apoiar em literaturas que apontassem, nessa perspectivas, uma orientação sobre o espaço por dentro da ecologia política, Souza (2019), no auxílio à organização e interpretação do pensamentos, sobre as discussões, no contexto modernidade, sobre as relações homem natureza. Sobretudo aqueles que estão lincados diretamente ao território amazônico Becker (2007). Os grandes projetos na Amazônia brasileira, para além de uma análise de inserção e mudanças das dinâmicas da paisagem, Teles; Pimentel (2019), muito possibilita leitura e produção de excelentes trabalhos crítico sobre os seus processos de transformações. Porém os



desdobramentos em escala local e regional, alavancam cada vez mais, necessidades de investigação dos agentes vetores técnicos, que estão imergindo e produzindo cada vez mais, impactos socioambientais na região, Carmo (2018).

Nunca se pode perder o sonho de esperar por dias melhores mais o grito do planeta terra se ouve longe, mas poucos são os ouvidos inclinados a escutar esses zunidos. A “máquina não pode parar” A ideia de esperança aqui, constituída naquilo que flui de elos da educação emprestado do conceito da práxis freiriana da (*ação – reflexão – ação*), dos os atores em movimento constante, uma hipótese de assimilação positivo da categoria território.

A incursão na territorialidade aqui, presume localidade do organismo dinâmico da sociedade e natureza, Santos e Silveira (2006). Assim, se buscar conhecer sobre formação da territorialidade no sentido de entender a importância da organização no sentido do cuidado coletivo na abrangências dos atores em questão. Considerando a perspectiva das condições de vida nos modos tracionais dos povos originários e as violações dessas realidades pelos famigerados grupos do capital dominante em detrimento daqueles.

A partir desse preâmbulo, objetiva-se, construir uma análise final multidimensional em diferentes escalas da transdisciplinaridade, numa corroboração do sistêmico. Uma perspectiva metodológica de explicar os fenômenos que atravessam os modos de organização do espaço-vivido das ilhas do Capim e Xingu, no contexto da racionalidade dos modos de vida ribeirinha e os desdobramentos na dinâmica da paisagem, pós chegada dos empreendimento técnicos na região. Entender o sentido de emergências das forças e interesses conflitantes dos atores emergidos do uso do espaço constituído e vivido, na atualidade.

Nessa durante temporal, almejada sobretudo analisar nos últimos trinta anos, esse contexto a partir das instalações portuárias e mineradoras de empresas, no município vizinho, Barcarena. Na década de oitenta, com o projeto ALBRAS/Alunorte, AMAZÔNIA-Latitude, (2022). A possibilidade de ser uma resposta as indagações sobre os modos de usos do espaço à sua sustentabilidade, aos impactos socioambientais e sacrifização, Farias; Zlafstein, (2022), no contexto das dinâmicas de reordenamento territorial.

---

<sup>1</sup>Ilhas que fazem parte do arquipélago do baixo Tocantins do estado do Pará. Território que possui 1.253 hectares distribuídos em três localidades: Caiena, Caratateua e Marintuba.

O processo de expansão do capital agroexportador da Amazônia brasileira, Silva (2011) na atualidade a saber, tais como: quais perspectivas futuras são apontadas a partir dos desdobramentos de produção, circulação das commodities da fronteira amazônica do agronegócio? Sabe-se que os povos tradicionais habitam há anos essa região, que contribuições podem ser percebidas em suas estratégias para resistir? A produção de análise capaz de contribuir em reflexões socioambiental do tempo histórico espacial das últimas três décadas, sobre as transformações e resistências materializados no contexto local, e as perspectivas de futuro da população local frente aos interesses e processo de crescimento econômico a favor do capital.

Nesse sentido de análise socioambiental, mediante investigação, busca fazer a observação de como tem sido nos últimos anos as forças no sentido da resiliência dos povos originários local, os ribeirinhos e suas estratégias de resistência frente ao processo de **territorialização do capital**, (STRAUCH, 2020).

## 2. JUSTIFICATIVA

A microrregião do Baixo Tocantins, onde estão localizadas as ilhas do Capim e Xingu, no município de Abaetetuba-Pa, conforme estudos de Ana L. Viana (2018) é um dos espaço de colonização mais antigo do estado do Pará. Perceptível, nessa conjuntura, as inserções, alterações e transformações na dinâmica territorial, no que vale buscar conhecer essas transformações atualmente na perspectiva do futuro desse lugar. Nesse sentido, considera-se de fundamental importância para o desenvolvimento local, uma análise geográfica correspondente à produção e organização do espaço territorial do ribeirinhos das ilhas do Capim e Xingu e as ações dos diferentes atores sociais que agem no território dos Ribeirinhos nessa territorialidade do Baixo Tocantins.

Contextualizando o espaço territorial da microrregião do Baixo Tocantins, Viana (2018) vem mostrar que o início da exploração produtiva na região foi ligada ao cultivo de cacau e a cana de açúcar, como as primeiras culturas da colonização agrícola desenvolvida na região, fatores que podem ser caracterizados como os primeiros da perspectiva socioeconômica e domínio territorial local. Mostra que, “As terras férteis “descobertas”, no período colonial, às margens do Rio Tocantins, por volta de 1669, territórios de povoações



ribeirinhas, passou a ser explorado pelas chamadas drogas do sertão, (cravo, canela e o cacau), de forma intensiva de cultivo, conforme a autora citada.

O projeto está inserido na linha de pesquisa; *dinâmicas socioambientais e recursos naturais na Amazônia*, do curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - UFPA, com orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Marcia Aparecida da Silva Pimentel. Objetiva-se, desta feita uma observação empírica para análise científica de tensão territorial no contexto da des-reterritorialização do espaço de produção dos ribeirinhos da ilha do Capim, emergida interesses divergente de uso da terra, decorrente de chegada de empreendimento técnico, o TUP/Cargill no Baixo Tocantins.

No sentido de corroborar com os diálogos na perspectiva das ações ambientais na Amazônia paraense, este projeto de estudos está alicerçado para aplicação no contexto territorial das ilhas do Capim e Xingu, do município de Abaetetuba-Pa. Com foco nos impactos em suas múltiplas escolaridades, e alcance, a propôs e de observar a construir uma análise sobres os processos sistêmicos da dinâmica de des-reterritorialização na territorialidade. Um espaço territorial dinamizado, da sua formação e organização, pelos modos de vida dos povos ribeirinhos, e nesse caso em específico, os ribeirinhos das ilhas do Capim e Xingu, que ao longos dos últimos anos vem sendo pressionados a migração em várias escolas, tocada pelos instrumentos envoltos a chegada dos empreendimento técnicos mineradores e portuários no Baixo Tocantins.

A leitura precedente no corredor do pensamento geográfico local, como no trazido no trabalho de Erica F. Ribeiro (2017) mostram que, a partir da chegada dos empreendimentos técnico na região do Baixo Tocantins na década de oitenta, movimentos e desequilíbrios de forças pelo interesse divergente do uso da terra pela lógica do capital, tem impactado sobremaneira a vida dos povos ribeirinhos. Nesse sentido, considerando os elementos no contexto da dinâmica de des-reterritorialização dos ribeirinhos da ilha do Capim, a proposta é investigar os impactos e desdobramentos nos últimos trintas anos no espaço territorial da ilha. No contexto da Ciência Geográfica, observar a realidade no presente e entender as perspectivas para o futuro do espaço territorial no contexto de Amazônia brasileiro, daí a busca de fontes teóricas em autores que discute esse espaço, como Violeta R. Loureiro, Bertha Becker, Carlos W. P. Gonçalves etc.



Busca trazer a discussão mais local trabalhos e dimensões de estudos como análise de Zona de Sacrificação, trazida por Ribeiro (2017), que estimulam a compreender as necessidades de aprofundamento de pesquisas nesse curso da dinâmica espacial do território dos povos ribeirinhos do município de Abaetetuba-Pa. O movimento de interesse de estudos, gira em torno de laços de aproximações pessoais singulares, que considero importante pontuar como o trabalho como educador e ligação como amazônida de produção familiar tradicional de sobrevivência. Considero, assim, esse trabalho de uma grande tarefa de responsabilidade científica, mais também que atinge satisfações muito pessoais, almejar o estudo sobre des-reterritorialização, no contextos e abrangência dessa categoria de análise geográfica.

Nesses contextos, portanto, o estudos tem importâncias de aplicabilidade teórico metodológica no sentido de observação, discussão, comprovação e refutações na perspectiva da análise sistêmica sobre o território consoantes as múltiplas análises escalares.

A proposta incrusta-se na investigação e possibilidades de: em que direção apontam os processos de inserções na dinâmica espacial na territorialidade do Baixo Tocantins? Qual a importância de se considerar a formação e organização dos modos de vida dos povos tradicionais ribeirinhos da ilha do Capim e Xingu nesse processo? Quais forças interpolam o espaço territorial, no sentido de afirmações, sustentação e identidades local?

Nessa perspectiva, portanto, que o presente projeto de pesquisa foi pensado teórico metodologicamente e está organizado no contexto da Ciência Geográfica e constituído segundo a Ecologia Política. A base de observação empírica do presente trabalho é a contextualidade do espaço territorial da Ilhas do Capim e Xingu, localizada no município de Abaetetuba, microrregião do Baixo Tocantins do estado do Pará. O âmbito de referencialidade na Ecologia Política, é no sentido de atender o contorno científico de observação e análise da cartografia social, nesse campo do conhecimento, conforme Marcelo L. de Souza (2019).

Trata-se, portanto, de uma análise da dinâmica e dos processos de mudanças no espaço no contexto do território, decorrente do projeto de implementação portuária do Terminal de Uso Privado (TUP) na territorialidade, assim como, os desdobramentos das novas possibilidades de configuração na territorialidade da ilha do Capim. O recorte temporal, incrusta-se sobre as últimas três décadas, a partir da implantação industrial mineradora nas proximidades da ilha do Capim, considerando que a comunidade local é influenciada socio

ambientalmente pela atividades da empresa ALBRAS/Alunorte, localizada no município de Barcarena.

Considerando que as experiências de vida são elementos importantíssimos na condução e tomadas de decisão e relações com o outro, a justificativa desse projeto, também expõe de forma particular algumas considerações a saber. De origem nordestina, tenho minha formação de sujeito Amazônico desde os 8 anos de idade e, com formação acadêmica e experiências de exercício profissional, havendo pelo menos vinte anos na docência nessa região do Baixo Tocantins.

Essas são prerrogativas que faço da experiência nesse tempo, a maior parte dedicado a escolarização de homens e mulheres, na modalidade da educação de jovens e adultos, no município de Abaetetuba-Pa. No que concerne a metodologia que atuo, considero que a mesma é um meio facilitador de compartilhamento de alegrias e angústias dos sujeitos demandante, o que tem acontecido em minha experiência, com os estudantes que tem ligações direta e indireta com o espaço de investigação nesse trabalho, a mediação territorial das ilhas do Capim e Xingu, do município de Abaetetuba-Pa.

A atenção dispensada sobre o tema, portanto, justifica-se no que incorre as narrativas e preocupação dos atores da des-reterritorialização e os desdobramentos na dinâmicas local, nesse espaço amazônico paraense. Uma constituição de espaço das transformações socioambientais, pelas disputas, tensionamento, conflitos etc. na região amazônica brasileira. Nesse sentido, considera de suma importância, estudos na territorialidade mencionada no sentido das correlações de forças e (re)ordenamento espacial de dimensão multiescalar no sentido de entender o funcionamento local conforme Herrera & Moreira, (2013).

O foco nesse sentido e constitui uma análise e reflexão com base em leitura e interpretação a partir das alterações e cenários no território das Ilhas do Capim a partir da chegada de empreendimentos técnicos de interesse do capital, como indústria mineradora LBRÁS/Alunorte até o atual cenários da implantação portuária do Terminal de Uso Privado – TUP/CARGILL. Evidenciando, nesse sentido, os planos e projetos alinhados aos programas governamentais de crescimento econômico nacional alicerçados para região.

A intencionalidade é alcançar uma análise sobre as transformações embricadas nessa dinâmicas territorial tomadas de interesses divergentes de produção do espaço, os desafios para os povos tradicionais e seus modos de vida local, das políticas públicas em Abaetetuba-

Pa, face a esses empreendimentos tecnológicos. Presumindo que esses empreendimentos podem causar transformações socioambientais e mais transtornos locais enquanto programas de interesses econômicos sem levar em conta o espaço amazônico e suas peculiaridades. Para tanto, vale compreender os elementos técnicos de territorialização, no contexto de pressão e conflitos consoante aos empreendimentos da do capital e as questões ligada ao controle ambiental, de mitigação no território.

A luz da interpretação da Ecologia Política de Sousa, (2017), e no contexto de des-territorialização conceito de R. Hasbaert (2005), atrelar a observância socioambiental à a territorialização e movimento de re-territorialização, lincado ao conceito de Claval (2012), em geografia cultural. Na perspectiva do desenvolvimento econômico na Ilhas do Capim, compreender essa dinâmicas, ao longo das últimas três décadas.

Algumas reflexões no plano teórico indispensável nesse trabalho dizem respeito ao sentido de elementos técnicos, informacionais, em M. Santos, (2013), no contexto do território Amazônico brasileiro, no que vale ressaltar as observações do autor o sentido das adaptações o capital contemporâneo.

O elenco de contribuição para a partida de análise se soma às experiências no cotidiano de vidas da população tradicional da ilha do Capim, condicionadas produção no espaço da terra, no sentido do uso comum e a dinamização e atrelamento de no mesmo espaço as condicionantes de uso privado.

Vale lembrar que uma centralidade da observação dos fatores de pressão territorial, mobilização territorial e des-reterritorialização que se constitui nos fundamentos para a análise nesse trabalho, estão amparados a episteme do raciocínio que explica a noção de epistemicídio em M. Santos (1998). Nesse sentido a observação recai sobre o reordenamento do espaço territorial na perspectiva local e global, insere-se nesse contexto uma observação de planejamentos racional sobre a gestão do espaço, uma compreensão via pensamento de Coelho e Vieira (2019), sobre o papel dado a racionalidade na cultura ocidental, no contexto do pensamento de Max Weber tratando sobre ética da Convicção e a Ética da responsabilidade. Um pensamento de sentido de entender o que está posto no contexto local, “cuidado e controle”, J. Naum (2023).

Os estudos de E. Ribeiro (2017), contemplando essa espacialidade do arquipélago do município de Abaetetuba-Pa, observa, numa análise de sacrifização das populações

ribeirinhas, mostra que esse é um espaço entrecortado por vias hidrográficas, um total 72 ilhas, por onde transitam a maior fluxo populacional ribeirinha da região. Dados compartilhados também na Associação dos Pescadores da Região (Zona Z-14) em Abaetetuba. Conforme o diretor da Z-14, o senhor Francisco Lobato, em 2022, são aproximadamente 14 mil associados, a atividades pesqueira nessa região com importância singular para as famílias ribeirinhas. A demonstração de interesse do diretor da Z-14 sobre a temática, segundo ele, caso o projeto aconteça sem uma discussão e escuta a partir da realidade dos ribeirinhos os prejuízos serão incalculáveis, sem mencionar ou quantificar esses prejuízos. Algo a ser pesquisado mensurado.

As observações postas dão a noção dos alcances do trabalho na sua perspectiva de análise científica nesse território dos ribeirinhos da ilha do capim, sobre os processos dinamizadores de pressão, tensionamento, conflitos ambientais, H. Acsehrard (2004), pela divergências de perspectivas ou contraposição dos interesses socioambiental no uso da terra nessa territorialidade.

Em iminente processo de consolidação, a pré-instalação do projeto do Terminal de Uso Privado – TUP/CARGILL, já desencadeia elementos que justificam o arcabouço de observação dado os paradoxos, do discurso desenvolvimentista para a região. Nisso urge pesquisar no sentido de inquirições a saber: a) que dimensões socioespacial está constituída a territorialidade espacial dos ribeirinhos da ilha do Capim? b) Quis os reais fatores de interesses que se apresentam no contexto do desenvolvimento em escala local, regional e nacional? c) qual os benefício e sacrifização podem ser perceptíveis na consolidação do empreendimento técnico? d) como está pensado o controle ambiental e medidas de mitigações sobre possíveis danos ambientais? Questões que favorecem em muito o plano de investigação da dinâmica territorial e des-reterritorialização dos ribeirinhos da ilha do capim, decorrente de empreendimento portuário na região do Baixo Tocantins.

### **3. OBJETIVOS**

**3.1 – GERAL:** Estudar o processo territorialização da ilha do Capim e Xingu e os desdobramentos na dinâmica da paisagem e injustiça ambiental decorrente da pré-instalação do terminal do terminal de uso privado (TUP/Cargill), no Baixo Tocantins.

#### **3.2 – ESPECÍFICOS:**



3.2.1 – Pesquisar sobre o contexto histórico da formação das comunidades tradicionais das ilhas do capim e Xingu.

3.2.2 – Acompanhar e identificar nas relações de produção e usos do espaços elementos que possam indicar impactos ambientais no território e as causas.

3.2.3 – Conhecer e identificar os movimento estratégicos de forças e as limitações dos ribeirinhos, assim como buscar registrar as ações de organismos de controle e gestão local.

#### 4. METODOLOGIA

A **metodologia de investigação**, desenvolverá com a análise quantiquantitativas dos dados, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, produção cartográfica ambiental, com ênfase nas categorias analíticas da paisagem e do território.

A dinâmica da paisagem no contexto dessa investigação, considera nos pressupostos da inquirições sistêmicas, multiescalar e transdisciplinar das observações da área/população, no seguinte:

- I. A metodologia que será aplicada dentro dos aspectos qualitativos com base a percepção socioambiental local sendo considerado todos os aspectos da territorialidade que, nesse caso, evidenciará possíveis problemáticas nessa região da Ilha do Capim, consoante verificação de mudanças e tensões da pré-instalação do Terminal de Uso Privado (TUP/Cargill) e os desdobramentos desse processo ao longo dos últimos trinta anos. Esta essa atividade diagnostica dará conta dentro do trabalho de campo no contexto dos atores.
- II. As problemáticas evidenciáveis provavelmente ultrapassara os limites entre as circunvizinhas Moju e Barcarena, que são integrantes dessa socioambientalidade de contexto das ocupações, reordenamento, crescimento populacional, violência rural e urbana, crescimento de áreas desmatadas levando a alterações do bioma local. Portanto acredita-se que estas questões estão ligadas a instalação dos grandes projetos na região. A hipóteses é que essas problemáticas têm ligações com des-territorialização que vem acontecendo na região.
- III. Como a pré-instalação do projeto portuário para a territorialidade tem mobilizado a organização e reordenamento local? Que são os atores desse processo dentro da

sociedade civil, no sentido dos impactos no território? Considerando a realidade socioambiental existente no contexto da produção material há de se pensar nas condições necessárias nesse sentido após o projeto, os movimentos fluxos e fixos.

A análise será postulada a partir da metodologia do Driving force, Presures, States, Impacts, Responses - DPSIR. Esse grupo de indicadores representados pelas forças motrizes (D), Pressão (P), estado (S), Impactos (I), Respostas (R) como ferramenta para análise de problemas ambientais em diferentes escalas, Carr, (2007). Segundo Lee, (2013) o DPSIR pode ser utilizado para estabelecer relações de sacrifização ambiental e alteração da paisagem entre causas e efeitos no sentido de explicar os diferentes modos.

Conforme Farias e Szlafstein (2022), o DPSIR incorpora a análise ambiental sob a perspectiva das relações entre os ecossistemas e atividades antropogênicas principais responsáveis pela pressão e conflitos ambientais na Amazônia brasileira. Desta maneira analisar as forças motrizes apresentadas; os elementos ou fenômenos da pressão; a vulnerabilização do ambiente; os danos à população; os impactos sobre a territorialidade e, por fim, como o poder público atua no sentido da condução no reordenamento socioespacial local.

Serão conjugados à Matriz/FOFA, onde se busca compreender as relações de: I) Fortalezas da população; II) Oportunidades local e externas; III) Fraquezas e IV) Ameaças. Importantes observações do presente no sentido das perspectivas do futuro da população das ilhas.

O software ArcGis 10.3 na elaboração de mapa temático de realidade contextual. As bases de dados oficiais utilizadas são: CPT (2021), IBGE (2020). Os elementos cartográficos, incorporados, serão de dados oficiais, organizações não-governamentais tais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), setorial da Igreja Católica e o Google Maps, possibilitando a compreensão tangente as pressões territoriais nessa parte da região amazônica, mais precisamente, o que acontece e altera as relações nas comunidades pertencentes as Ilhas do município de Abaetetuba-Pa, porquanto da mobilidade, transportes, trabalhos e geração de renda etc.

## 5. HIPÓTESE

A inquirição analítica é de que a territorialização ocorrente nas Ilhas do Capim e Xingú do município de Abaetetuba-Pa, vem, nos últimos trinta anos, sendo impactadas pela



ambientalização do capital. Uma observação premente de **limitação de acessos**, aos modos de produção coletiva (pesca, extrativismo), acessos aos bens básicos (moradia, saúde, segurança alimentar etc.), desde a chegada dos empreendimentos mineradores e portuários na década de oitenta. A **ausência de políticas públicas, gestão e controle** dos órgãos responsáveis de Estado, pode ser um instrumento facilitador desse processo. Uma constituição de espaço-vivido contraditório, na perspectiva da **sustentabilidade**, expressão exaustivamente evidenciada no contexto da Amazônia paraense e, fomentada em tempos de Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas COP-30, na Região Amazônica.

## 6. REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica metodológica de sustento dessa proposta de estudos intitulada, “*a des-reterritorialização dos ribeirinhos da ilha do Capim e Xingu, decorrente de empreendimento portuário (TUP/Cargill), no Baixo Tocantins*”. O estudos está constituído na categoria território, alinhada às discussões da Ecologia Política. Porém, essa materialidade circunscreve em diálogo com outras categorias analíticas do espaço que podem ser visitadas e somadas ao esboço de análise final desse estudo. A ideia é não ignorar nada que possa ajudar nesse contexto a assimilação das formas de reordenamento espacial do território mencionado, considerando que se trata de um espaço territorial amazônico com suas múltiplas dimensões.

Na perspectiva de foco sobre o contexto do território do Baixo Tocantins, conforme informações preliminares na associação dos pescadores da região, (Zona Z-14) com sede no núcleo urbano de Abaetetuba, de acordo o seu diretor, essa territorialidade de ilhas do município de Abaetetuba comporta aproximadamente 14 mil associados. As atividades pesqueira nessa região tem importância singular incalculáveis para as famílias ribeirinhas 72 ilhas, dentre elas está a (ilha do Capim), 416 Rios, 1111 igarapés que comportam ainda duas costas, a Maratauía e a Marapatá,

Conforme o presidente da Z-14, na pessoa do Sr. Francisco Lobato, a grande preocupação com o projeto portuário previsto nessa região são as condições de implantações que segundo ele, não tem claro um plano de mitigação aos possíveis danos que o projeto ocasionará, atingindo diretamente os ribeirinhos. Vale ressaltar que foi uma informação informal e que deve ser pontuada e pautada na investigação.

Conforme testemunho de fala de uma moradora de 72 anos e que sempre conviveu na ilha do Capim algumas atividades de produção de sustento foram sendo reordenada no



território da ilha do capim desde que a empresa mineradora, ALBRAS/Alunorte se instalou no município vizinho de Barcarena desde os anos oitenta. Isso ocasionou interrompimentos de acesso à água dos rios que cortam a ilha do Capim, alterou a quantidade de pescados desde que as barcaças passaram a circular nas proximidades da ilha.

O enfoque central, portanto, sobre nuances da produção do espaço territorial pela imersão de uso da terra pela lógica do capital em choque com modos tradicionais das populações locais, tomando as veredas que direcionam todo esse processo e os desdobramentos para futuro local, no contexto da des-reterritorialização dos ribeirinhos da ilhas Capim. Uma discussão acerca de desenvolvimento no que se considera a (pós)modernidade, mas há o que se indagar sobre o sentido de moderno ou pós-moderno, principalmente em se tratando de espaço amazônico. Até o presente, o aumento da pressão sobre o território e indiscutível, as situações de exclusão social, seja pela expropriação e/ou dadas as formas de assalariamento do camponês, a favelização na periferia dos centros urbanos, Santos, (2007), está muito presente na Amazonia brasileira

Assim, vale observar as conjunturas de formação e organização do território das ilhas de Abaetetuba-Pa. Conforme observação em Ribeiro (2017), a territorialidade que forma o arquipélago no município de Abaetetuba-Pa, é entrecortada por vias hidrográficas, num arquipélago de 72 ilhas, por onde transitam a maior parte do fluxo populacional em acesso aos bens e necessidades da sua cotidianidade. Algumas dimensões se destacam na sua importância local, segundo a autora, são as ocupações espontâneas que surgiram sobre a planície de inundação do Rio Maratauíra, onde a maioria de sua população é de origem ribeirinha, a qual tem preferência espacial por esses locais, seja por questões de identidade ou pelo baixo custo dos terrenos. É por essa vias que se considera de suma importância, nesse estudo, a possibilidade de avançar sobre os caminhos traçado nessa territorialidade amazônica no rumo ao seu futuro a luz das teorias e aplicação diagnóstica na realidade.

Á luz dos estudos e aporte metodológico em Souza (2013) no que se trata de ferramentas fundamentais da pesquisa, assim como a discussão trazida pelo autor sobre a Ecologia Política, Souza (2019). Desta forma, recorrer à interpretação tais como, Érica F. Ribeiro (2017), que tratam da *Zona de Sacrifização* da população ribeirinhas de Abaetetuba-Pa, portanto, um estudo local, que permitirá uma aproximação do espaço e da temática a



desenvolver. Considerar-se-á os estudos de Régis R. Santos, (2007), no sentido do ressaltar das nuances do sistema dominante e as adaptações do capital na Amazônia paraense.

As contribuições de fundo teórico, que se busca aprofundar a sistematização da proposta em autores, como Violeta R. Loureiro, (2014), que estuda e promove discussões acerca do território amazônico, no contexto da sua ocupação e exploração aos modos do capital dominante, são também norteadoras da ideia sobre o reordenamento e seus desdobramentos do espaço territorial do Baixo Tocantins, necessariamente, indispensável para a análise da dinâmica de des-reterritorialização dos ribeirinhos da ilha do Capim.

As dimensões de tensões, conflitos, arranjos e rearranjos dos modos de vida das populações tradicionais que necessariamente surgirão nesse trabalho, poderão ser interpretadas a partir do significado o favorecimento dos atores do capital em detrimento dos modos tradicionais de vida amazônico, Lui & Molina, (2009).

O sentido de observação e análise sobre a des-reterritorialização, uma contribuição indispensável dos elementos que tem imprimido no espaço territorial local e a observação dos conflitos no território amazônico brasileiro, em Diegues (1993). Trata-se de discussões da socioambientalização do espaço pela chegada dos meios técnicos, tais como os consórcios, aberturas das rodovias, construção de hidrelétricas etc., por meio dos incentivos e participação do governo brasileiro. A título de exemplificação, os programas do período de regime militar da década de 1970, a saber;

“Desconsiderando toda a história de ocupação humana precedente, o governo militar deu início aos grandes projetos de colonização e desenvolvimento da Amazônia, como o Programa de Integração Nacional (1970), o Programa Poloamazônia (1974), o Programa Grande Carajás (1980) e o Programa Polonoeste (1983) (Hecht & Cockburn 1990, Kohlhepp 2002)”.

Lui, G. H./Molina, S. M. G. p. 219, 2009.

Esse panorama corrobora significativamente na perspectiva da análise dessa proposta, mesmo não sendo diretamente os objetivos dessa investigação, essas informações ajudam a compreender como o espaço amazônico foi e ainda vem sendo moldado na perspectiva do desenvolvimento, como uma dimensão que se deve sempre considerar. Os autores acima, atestam em seus estudos que “A entronização de novas ferramentas contrastante aos modos de vidas e sem considerar o espaço nas suas peculiaridade promoveu os choques culturais.

Nessa pegada da colonização da Amazônia houve uma alterações substancial nas formas de produção. No que se pode ainda ser percebida atualmente. Porém, questões novas a seres

investigadas nesse contexto, por exemplo, como os povos tradicionais constituíram suas veredas de produção da vida a meio os processos técnicos e o que eles podem nos ensinar dessa relação homem natureza, ou sociedade e natureza? O que se tem por perspectivas de desenvolvimento pelo olhar dos povos originários no presente? Sabe-se que desde os meados do século XX, a forte presença de implementos técnicos por meio dos programas institucionais deu origem a uma nova motivação para a transformação do espaço territorial amazônico, pela qual a extração dos produtos florestais passou a ser uma atividade secundária, para dar lugar a uma lógica de supressão da floresta para introdução de novos elementos, que seriam produzidos para atender a um contexto externo, Herrera e Moreira, (2013).

A luz da interpretação de Sousa, (2017), essa observação socioambiental no que tange a des-territorialização. A temática está ligado também ao conceito de P. Claval, (2012), na perspectiva da geografia cultural, frente a abordagem que tece os sinais de crescimento econômico, considerando os aspectos e modos de vidas dos povos tradicionais, nesse caso, os Amazônidas brasileiro, ribeirinhos da ilha do capim que habitam há anos esses espaço territorial, impactado por implementos técnicos voltados a produção a serviços do capital externo, sem perspectivas do desenvolvimento anunciado.

Conceitos epistemológico como o entendimento de epistemicídio, em Boa Ventura de S. Santos (1998), aparece nessa abordagem amazônica. O autor considera que há sinais de violências que geram mortes, perpetradas por desserviços da própria ciência quando em favor do sistema. Evidentemente, que se buscar entender no presente a lógica do sistema presente no local, a partir da compreensão que as pessoas fazem, assim como a configuração dos conflitos sociais, considerando o espaço em disputa por interesses do capital dominante por meio dos empreendimentos, em choque com a perspectiva da população originária, ribeirinhos ligados a atividade pesqueira entre outros.

Conforme o pensamento de SOUZA, (2017) e, consoante a dimensão do pensamento geográfico, a análise de interpretação próxima do objeto investigado, atendo-o na peculiaridade socioespacial. Nessa pegada interpretativa, também Vítor Pereira de Souza, em **Geografia e Meio Ambiente: Reflexões Acerca das Práticas Socioculturais na Concepção de Sustentabilidade**, 2017. Ressalta que o contexto de investigação, objetos, espaço e análises, deve compreender o seguinte;



“Para compreendermos melhor, podemos relacionar questões referentes à técnica e ao trabalho. A técnica se constitui como um instrumento criado pelo ser humano em prol de seu desenvolvimento e sobrevivência diante dos obstáculos encontrados no meio em que vive, ou seja, as técnicas condizem com um objeto concreto que é exaustivamente analisado pela Geografia, desde os primórdios de sua institucionalização como ciência, no século XIX. Já o trabalho constitui-se de um objeto filosófico, pois, o trabalho em si é configurado, materializado, pelas técnicas. O trabalho é um conceito, um grupamento de técnicas, já as técnicas, são o que colocam em prática o trabalho”.

Souza, (p. 179/180, 2017).

A observação do autor corrobora com a perspectiva de análise no espaço indicado, a territorialização do capital e as Tensões consoante ao sentido de atividade do extrativismo presente no Baixo Tocantins, que conforme o trabalho de dissertação de Suzana da Silva Ferreira (2017), traz como uma categoria de uso sustentável da natureza. Segundo a autora e a partir da criação das Reservas Extrativista que se iniciam a inserção e valorização dos conhecimentos tradicionais, reconhecidamente como sistema de preservação.

Assim espera compreender o que define o território dentro das relações de tempo/espaço históricos conjugado ou associado as dimensões da paisagem como forma de melhor entendimento dos elementos típicos nessas categorias de observação geográfica no que é possível das suas interrelações. Desta feita, intenciona uma análise de como a paisagem territorializada pelo capital dominante é compreendida pela população local, assim como tem sido as emergências das ameaças e tensões nesse espaço vivido. Antecipa-se o entendimento de que para interpretar toda extensão da dinâmica territorial local do presente, é fundamental que seja levado em conta a compreensão e pontos de vistas dos povos que residem há anos.

O campo de leitura dentro da Ciência geográfica mostra alguns comportamentos e viés interpretativos sobre a realidade que deve ser pontuado nessa perspectiva temática apresentada. O desenvolver da ideia acerca da geografia ambiental de interação e diálogos com os saberes, Marcelo L. de Sousa, (2019), segundo o qual há uma necessidade cada vez maior de reinterpretação e recondicionamento para a análise contextual.

O estudo, nesse sentido, é proponente de uma observação a partir da literatura que discute as relações sociedade/natureza e suas nuances elementares da transformações socioambientais, de acordo com o pensamento da Ciência Geografia e o campo da Ecologia Política. Consoante a proposta de pesquisa sobre des-reterritorialização e seus desdobramentos na vida dos ribeirinhos da ilha do Capim, insere-se a pressão e conflitos socioambientais emergentes atribuídos às relações de poder incrustado nesse tempo espaço

por determinados grupos sociais. (SAQUET, 2009 p.223), in Teles & Pimentel (2018). As autoras acrescentam que essas relações em vários âmbitos socioespaciais, representam o domínio de determinadas forças sobre o território em múltiplas escalas tais como, política, municipal, local etc. (Teles & Pimentel, p. 297, 2018).

A tangencialidade de abarcamento da proposta de estudos sobre os mecanismo de força e conflitos sociais no território, consoante o pensamento por dentro da Geografia Humanista, considerar-se-á a corrente de pensamento do materialismo histórico-dialético, (Karl Marx in, Alves, p. 01 2010), por se ater aos elementos de transformações econômicas e sociais determinadas pela racionalidade dos meios de produção imergidos no espaço. buscase, portanto, uma compreensão para análises de produção acadêmica científica no viés da ciência moderna desconsiderar os modos de vida e o senso como de percepção nesse território, Boa Ventura de S. Santos (p. 60, 2002), corrobora a partir da ideia de ciência no seguinte:

“O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constitui-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvida nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais. Ainda que com alguns prenúncios no século XVIII, é só no século XIX que este modelo de racionalidade se estende às ciências sociais emergentes. A partir de então pode falar-se de um modelo global (isto é ocidental) de racionalidade científica que admite variedade interna, mas que se defende ostensivamente de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, potencialmente perturbadoras); o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos (em que se incluíam, entre outros, os estudos históricos, filosóficos, jurídicos, literários e teológicos)”.

Para um novo senso comum, Santos, (p. 60, 2002).

A explicação acima é a partida desse projeto de pesquisa nessa observação do espaço em questão, dentro da concepção da Geografia ambiental. Conforme a perspectiva de Santos (2002), na sua análise parte de uma compreensão de que a Geografia Ambiental não deveria ser encarada como um ramo da Geografia, entendendo-a como um subcampo, conferindo-lhe uma especificidade, ela é, antes, um enfoque: uma maneira de olhar o mundo e a atividade profissional ou, mais particularmente, uma maneira de construir os objetos de conhecimento e formular os problemas científicos, tendo como pano de fundo determinados valores éticos e convicções político-filosóficas. (Santos p. 2002).

O contexto pensado para o trabalho também se conforma a partir dos conceitos novos da dimensão de território no sentido de compreender a classificação e elementos das categorias geográficas. Ao tratar aqui da especificidade espacial amazônica, buscou-se o



entendimento no trabalho organizado por Christian Nunes da Silva, Gilberto de Miranda Rocha e João Marcio Palheta da Silva (2020), em; “O espaço geográfico Amazônico em debate: Dinâmicas territoriais e ambientais, proceder por essa postura analítica. O sentido teórico observado refere-se no seguinte;

“A proeminência do conceito de território emergiu com o desgaste da noção de região e, mais precisamente, de desenvolvimento ou planejamento regional. Em resumo, a abordagem regional perdeu seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos”.

(Silva, Rocha e Silva, p. 11, 2020).

Nisso consiste o ponto de partida pelas observações e dos trabalhos científicos acerca do espaço territorial amazônico e suas alterações, condições entre outras categorias de análises tais como o de Violeta R. Loureiro, refletir acerca de suas pesquisas sobre o espaço amazônico dentre tantas análise, que a autora traz, a chamada de atenção no sentido de como o “lugar na Amazônia” foi concebido ao longos dos anos, por uma visão de homem exterior, a partir dos traços que os viajantes exploradores que passavam pela região e construíam ideias divergentes da realidade como a visão de Orellana (em 1549), promovendo mundo a fora, pensamentos sobre mitos e fantasias fora do real sentido dos que aqui habitam, Loureiro (p. 108, 2022).

Essa observação de Loureiro, consoante os mitos construídos com base na visão e compreensão do estrangeiro, isto é, um imaginário, da terra e da gente da Amazônia, fundada no imaginário do homem de fora da região, ocasionou o que ela define de, mal interpretada, explorada, amada e mal-amada a partir do olhar, da expectativa e da vontade do outro, Loureiro, (p. 109, 2022). Outra vertentes que a autora traz no olhar de lugar na Amazônia, é o destituído de respeito aos valores e modos de vida de raízes tradicionais peculiares à relação homem/mulher local, tratados como primitivos. Nesse sentido vale pensar o mundo vivido sob os paradoxos de encontro e desencontro, de reconhecimento e de negação, de oportunidade e de violência.

De acordo com o Dossiê Amazônia Brasileira II – Amazonia socioambiental; Sustentabilidade ecológica e diversidade social, dos autores, Deborah Lima e Jorge Pozzabom, sobre classificação socioambiental, insere no seguinte;

“(…) as categorias socioambientais são distinguidas em termos da pressão de uso e do impacto que exercem sobre o ambiente, relacionados ao modo como ocupam, exploram e concebem sua relação com a natureza. O comportamento



que uma dada categoria socioambiental tem em relação ao ambiente é influenciado por características de sua formação social, tais como a orientação de sua produção econômica, o grau de envolvimento com o mercado e a posse de uma cultura ecológica. No entanto, nenhum atributo social isolado pode ser apontado como responsável pelo diagnóstico de sustentabilidade da ocupação do ambiente, como será discutido a seguir”.

(Deborah Lima e Jorge Pozzabom, 2005).

O pensamento em destaque à classificação ambiental dos autores acima destacados, tomando o espaço amazônico brasileiro como lócus de produção dessa síntese, portanto, em qualquer classificação, as categorias produzidas são ideais e constituem uma simplificação da realidade em um dado momento histórico. Trata-se de um ordenamento da diversidade empírica para permitir uma análise de tendências, e não uma enumeração exaustiva e engessada da variedade socioambiental na Amazônia. Lima e Pozzabom, (2005). Nesse sentido vale perceber que as categorias são instrumentos de particularizar ideias sobre elementos emergentes e facilitar o entendimento acerca das problemáticas da relação no espaço vivido.

Assim a observação seguinte de Lima e Pozzabom, corrobora na compreensão de que;

“A pressão de uso que um grupo social impõe ao meio ambiente é determinada por uma combinação de fatores de ordem territorial e geográfica (densidade populacional e condições de transporte e comunicação), econômica (orientação econômica, incluindo as tecnologias de exploração dos recursos naturais, e dependência em relação ao mercado) e cultural (cultura ecológica e demandas sociais). O que se observa no quadro acima é que, sendo um produto multicausal, a sustentabilidade atribuída a uma categoria social corta transversalmente várias dicotomias sociológicas clássicas como índio x branco, camponês x latifundiário, modo de produção doméstico x modo de produção capitalista, orientação econômica voltada para o consumo x orientação para o lucro. Nenhuma dessas dicotomias é capaz de explicar a heterogeneidade na relação com o meio ambiente que as categorias sociais referidas acima apresentam.

(Deborah Lima e Jorge Pozzabom, 2005).

A importância temática neste trabalho é no sentido da compreensão socioambiental na contexto amazônico paraense e nesse sentido buscou-se apoiar em referências teóricas local e nacional conforme literaturas abaixo.

Conforme o geógrafo Carlos W. P. Gonçalves (2020), a humanidade está inserida no mais intenso processo expropriatório já vivido, exemplificando que nos últimos 50 anos, pode ser percebido a maior degradação do meio ambiente pelos humanos. Conforme o pensamento do autor fica claro que na atualidade há uma expressa necessidade de mudança paradigmática das relações sociedade/natureza e para tanto é preciso atitudes sob *éticas da responsabilidade\**, (M. Weber) e de forma democrática ante modelo socioeconômico na

lógica do capital dominante e ainda sim compreender a complexidade e sentido de cultura com foco a ecologia.

Questões que afloram o sentido de inquietação e compreensões acerca de como tem sido essa presença relacional de sociedade e meio ambiente no Baixo Tocantins? O propósito é analisar conforme Gonçalves, (2006), a natureza desse espaço. O autor faz lembrar sobre o que é designado por natureza em cada tempo/espaço social, concebido naquilo que se torna suporte para o modo de produção e vivências. Nesse sentido explicita no seguinte o conceito de natureza:

“A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe à cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução, neolítica, a agri-CULTURA, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza "naturalmente" dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva.

(Carlos Walter Porto Gonçalves, p. 25/26, 2006)

Por explicação de como a sociedade por meio da agricultura, foi se fixando no espaço, no sentido do sedentarismo e deixando a forma nômade, esse conceito que representa uma contribuição importante na reflexão do espaço vivido atualmente nas ilhas desse trabalho de campo na perspectiva de entender as relações sociedade/natureza pela incorporação do capital dominante. Conforme o autor o espírito das lei vão aparecer assim como a figura do estado no sentido de controle e de não permitir o retorno dos homens ao *estado de natureza*\*, (Thomaz Hobbes), no que se constitui como prática vigorante atualmente com sentidos parecido. A observância a seguir esclarece esse pensamento e provoca uma reflexão bastante interessante,

“O Estado, a lei e a ordem são tomados como necessários para evitar o primado da natureza, onde reina o caos ou, no máximo, a "lei da selva", onde todos lutam contra todos. Basta um rápido olhar sobre os diversos Estados constituídos com suas leis e ordens para notarmos o quadro de fome, de guerras, de opressões e violências de todos os tipos que eles mesmos instituíram em nome da civilização para constatarmos a inconsistência deste tipo de abordagem. Na verdade, encontramos-nos diante de um conceito de natureza que justifica a existência do Estado. Este é condição de "civilização" e "primitivos" são os povos que não têm Estado. Esta é uma das razões para que se chame de ingênuo ao ecologista que cita o indígena como modelo de relação entre o homem e a natureza”.

(Carlos Walter Porto Gonçalves, p. 26, 2006).

Por essa análise de Porto Gonçalves, o entendimento de natureza, no seu sentido de objeto a ser usado, está diretamente ligado à sociedade no contexto da sua temporalidade, isto é, uma relação entre a “coisa” e o “sujeito” de dominação, o “homem”. Porém o autor deixa claro que isso não é pertinente a todos os homens, uma minoria deles que a sobrepõem nesse sentido de domínio da posse.

Mais à frente essa reflexão chama a atenção no contexto da evolução do pensamento geográfico no mundo das ideias, desde os primeiros filósofos, a presente contemporaneidade. A evolução do conhecimento a partir dos pré-socráticos no contexto da explicação e entendimento do mundo sensível, na perspectiva da totalidade das coisas, encontravam centralidade na phisys – *a própria realidade enquanto algo primário, fundamental e permanente, a realidade básica, a substância fundamental, o princípio do cosmo, dos deuses e das coisas particulares, do homem, da verdade, do homem e da verdade, do movimento e da mudança, do animado e do inanimado, do comportamento humano e da sabedoria, da política e da justiça, Gonçalves, (p.32, 2006).*

Numa interpretação dos movimentos socioculturais nessa constituição homem e meio de base histórica, é importante compreender numa análise geográfica cultural do Brasil, conforme Claval, (2006), a compreensão de elementos emergentes do presente no sentido de apontamentos no que se concebe dentro perspectivas de futuro.

Claval vai dizer, portanto, que a diversidade dos componentes étnicos, das tradições religiosas, dos modos de vida, as mestiçagens e os sincretismos, ou o aumento dos “comunitarismos”, “ressuscitados” ou novos, favorecem a adoção de uma abordagem cultural pelos geógrafos brasileiros. E acrescenta que os problemas são variados, norteados por uma curiosidade viva, assim como as temáticas abordadas e as orientações teórico-metodológicas adotadas, Claval, (p. 19, 2006).

O autor traz a reflexão acerca da miscigenação na formação do território brasileiro, a saber,

“Os grupos indígenas, aqueles da Amazônia em particular, e os quilombos, dispersos praticamente em todo o território nacional, suscitam trabalhos de pesquisa precisos e bem documentados, como testemunha uma tese de doutorado recente de Adnilson de Almeida Silva (2010), ou as pesquisas de Rafael Sanzio A. dos Anjos (2003) sobre a distribuição das populações de origem africana e a rede de quilombos distribuídos pelo Brasil. As

populações do Brasil profundo, do sertão, e suas identidades, são analisadas há quase vinte anos por Maria Geralda de Almeida e o grupo de pesquisa coordenado por ela (Almeida; Chaveiro; Costa Braga, 2008)”.  


Claval, (p. 19, 2006).

Uma reflexão que contriçõe sobremaneira na análise socioambiental na territorialidade do Baixo Tocantins, considerando que nesse espaço há presença da religiosidade com significativa importância na sua formação enquanto espaço vivido. De onde se pode presumir que essa observação de Paul Claval de destaque da Geografia cultural do Brasil, apresenta elementos de ligação sobre o espaço investigado porquanto da dinâmica da paisagem.

Conforme Valdir da Cruz Rodrigues, (2019), não é possível falar da trajetória produtiva e social do Baixo Tocantins sem falar da atuação da Igreja Católica e das ONGs (ambas com forte atuação ainda nos dias atuais), que sempre influíram de maneira significativa na busca pela emancipação do campesinato. Buscar-se por conseguinte, verificar essa experiência nas ilhas do Capim.

Tomando alguns posicionamentos mais críticos na contemporaneidade acerca dos processos sociedade/natureza, de contexto mais amplo, pode-se beber na fonte do geógrafo brasileiro, Carlos W. P. Gonçalves (2020) quanto trata do assunto afirmando que a humanidade está inserida no mais intenso processo expropriatório já vivido, temporalizando nos últimos 50 anos a de maior degradação do meio ambiente natural. emergência por outro mundo se destacam de outros horizontes artigo publicados na Revista Casa da GEOGRAFIA de Sobral, com o título: DE CAOS SISTEMICO E DE CRISE CIVILIZATÓRIA: TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO. Entende-se, portanto que as ações antrópicas de fomento ao sistema mercadológico até aqui já são o bastante para compreender que não há mais tempo e espaço que assegure as vidas futura se as condições de explorações do meio natural continuarem no mesmo ritmo atual. Nesse sentido urge mudanças exponenciais na forma de produção material em todo o planeta.

Debates que mobilizem reflexões acerca das grandes problemáticas antrópica trazem novas discussões como a 27ª conferência do clima, da Organização das Nações Unidas, COP-27 (referida das partes da UNFCCC) que está acontecendo no Egito, porém o planeta urge de práticas mais sensíveis quanto a mudanças de atitudes sócio econômica e ambiental que assegure recursos que ainda restam e que dê condições de regeneração daqueles que já foram

muito alterados como os rios e as florestas em lugares diversos e aqui se pontua os rios e florestas da Amazônia paraense.

No contexto das políticas públicas por meio dos programas de governo com fins o controle e exploração pelos interesses do capital na Amazônia, o Projeto Arco Norte Amazônia – PANA, insere na perspectiva desses interesses que estão longe de robustecer o favorecimento do desenvolvimento região no contexto de integração regional e nacional. Para Rodrigues (2018), o PANA pode ser considerado como a criação e a incorporação de novos objetos, atores e a renovação de novos sistemas de engenharias; como também, a conexão ao circuito ou regimes produtivos-financeiros internacionais de commodities as fontes especulativas, com aquisição ou produção de ativos, no caso: commodities, ações, títulos e projetos de infraestrutura planejados e em funcionamento. Rodrigue, (p.210, 2018).

O autor sintetiza sua observação, fazendo uma ponte aos responsáveis legalmente por toda essa estrutura montada, ao estado brasileiro a quem cabe a responsabilização primeira em corrigir ou mitigar os danos produzidos por tais incursos tecnológicas na Amazônia, que conforme ao autor cabe ao estado brasileiro em sinergia com os interessados dos setores empresariais do agronegócio, o seguinte:

“assegurar e organizar as condições necessárias: [...] para instalações portuárias e logísticas: 1) abertura e pavimentação de estradas, construção de ferrovias e hidrovias; 2) financiamento público a obras privadas; 3) incentivos fiscais e energéticos; 4) dispositivos jurídicos que possibilitem ampliação da chamada segurança jurídica; 5) viabilidade do licenciamento ambiental; 6) qualificação de mão-de-obra; 7) Elaboração de estudos e pesquisas que possam otimizar a movimentação de mercadorias.

(RODRIGUES, 2018a; p. 210).

Essas ponderações suscitam reflexões acerca de como os estudos da Geografia Ambiental podem ajudar a analisar os novos rearranjos espaciais da relação sociedade/natureza?

Conforme artigo intitulado, *o que é a Geografia Ambiental?* do Professor Marcelo Lopes de Souza, (2019) explica que a Geografia Ambiental está vinculada a tradição de pesquisas dentro da geografia, vinculada ao pensamento da sociedade e natureza. Mas lembra o autor que, “no entanto, o desprestígio de que passou a padecer essa tradição no interior da disciplina, especialmente entre as décadas de 1970 e 1990, faz com que a Geografia Ambiental contemporânea, que vem emergindo nos últimos quinze ou vinte anos como uma

tentativa de revitalizar aquela tradição em novas bases, possa ser vista como um fenômeno, de certo modo, relativamente recente”. SOUZA, (p. 14, 2019).

Desta feita, conclui-se que a área dos estudos geográficos ambientais se preocupa em compreender a ação do homem sobre a natureza, conforme o autor, pela ênfase os estudos ambientais na Geografia, temas concernentes à degradação e aos impactos ambientais, além do conjunto de medidas possíveis para conservar os elementos da natureza. Compreende-se antemão, que toda essa dinamização, portanto, deve ser compreendida pelas nuances da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, como a Biologia, a Geologia, a Economia, a História e muitas outras. E para compreender essa lógica ambiental no contexto brasileiro, explica o autor na seguinte recomendação:

“No Brasil, assim como nos países e regiões de fala portuguesa ou espanhola (e o mesmo se aplica a dois outros idiomas ibéricos, o catalão e o galego), ambiente quase sempre é tomado como sinônimo de “meio ambiente”. Assim é na linguagem do dia a dia, profundamente influenciada pela (e influenciadora da) grande imprensa; mas assim também é, até mesmo, no discurso científico. Interessantemente, empregam-se dois termos – “meio” e “ambiente” –, cujos conteúdos, aliás, em larguíssima medida se superpõem, para exprimir apenas metade de uma ideia: o ambiente enquanto “natureza primeira” ou natureza não humana, isto é, os processos não antropogênicos. Como se o “meio ambiente”, ao ser politicamente (re)apropriado, materialmente (re)transformado e culturalmente (re[s]) significado de maneira constante pela sociedade, não tivesse sido, de algum modo desde sempre, mas com intensidade cada vez maior nos últimos séculos e em especial nas últimas décadas, contextualizado pelo ambiente enquanto “natureza segunda”, ambiente hominizado, ambiente produzido pela e para a sociedade.

Marcelo Lopes de Souza, (p. 17, 2019)

A chamada de atenção do autor, conforme ele mesmo suscita sobre a nomenclatura ambiente, que embora sinalize um compreensão abrangente, deve ser postulada como um produto histórico-cultural, como qualquer componente de reflexão da geografia socioambiental, como qualquer componente referencial da geografia socioambiental com sua abrangente redundância se constitui a luz das circunstâncias em que se vivem a age.

Sabe-se, nesse sentido, que qualquer lançamento de projeto de cunho mercadológico sobre determinado espaço, produzirá alterações no meio. Conforme Loureiro (2014), tratando dos processos sociais e políticos trazidos para a Amazônia brasileira nos últimos anos,

constituídos de eminentes paradoxos se observarmos as formas de extrema pobreza que incidiram sobre da população em determinados lugares pois da chegada de grandes projetos.

Tomando a ideia antropocêntrica de relação homem e natureza conforme Carlos Walter, essas visões pragmáticas utilitaristas já vêm ocorrendo desde a idade média, porém a ação mercadológica capitalista sobre a natureza tem avançado de forma avassaladora de tal sorte que é pouco provável que muitas vidas no presente possam não ter condições de existência no futuro, inclusive o comprometimento da própria espécie humana, ameaçada pela forma de vida baseada na busca de riquezas material.

Nesse sentido, é importante a investigação acerca das alterações que a Amazônia paraense vem sofrendo na atualidade com os novos projetos que integram o “arco norte”. As populações tradicionais, por conseguinte, são as que mais são penalizadas com essas implementações. Conforme Carlos Walter os saberes desses povos devem ser compreendidos como inseparáveis na relação homem natureza e com a chegada dos grandes projetos há uma desintegração dessas relações, mas são vistos pelos invasores de suas áreas como sem importância, atrasados, desintegrados do mundo e por esse entendimento economicista, podem serem eliminados.

O meio sócio interacional segundo Carlos Brandão (2012) em *Estratégias de desenvolvimento regional, desafios e interinstitucionalidades: desafios da abordagem crítica das transformações sócio espaciais e os impasses para a efetivação das políticas regionais do Brasil* trata dessa relação atual de interação do homem meio, ressaltando que todo investimento deva ser compreendido e implemento dentro uma concepção holística da vida e que tenham assegurado ações politizada, cidadã e coletiva no sentido de dar orientações mais racionalizadas(...). E mais ainda, que não se fragmente o conhecimento territorial-espacial. Nesse sentido entende-se que faz necessário que todas as condições de vida daqueles os quais for mobilizado ou atingido, independente da escala local, regional ou nacional, precisam de respostas a contento.

Conceituando o sentido de *territorialidade* de acordo com Bertha Koiffmann Becker (2010) em *Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas*, “inclui-se a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado,

conforme C. Raffestin, (1980), também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática, uma categoria iminente de território.

Segundo Bueno Sánchez (1990) ao tratar do desenvolvimento socioespacial diz que é preciso levar em considerações todas as culturas presente no espaço e contemplá-las nesse desenvolvimento econômico o que presume respeito pelo meio e todos os agentes desse meio na sua totalidade. Nesse sentido os estudos preliminares evidenciam a necessidade de investigação que possa mostrar a real situação atual dos povos sacrificados na territorialidade da Região do Baixo Tocantins do Pará, para na reflexão e apontamentos salutareos indiquem as possibilidades no sentido de mitigação dos problemas e desconfortos produzidos pela ocupação desses empreendimentos em nome de um desenvolvimento que não contempla a maioria da população.

É importe ponderar algumas situações sócio estruturais para entender a lógica dos investimentos a nível local consoante à movimentos que se desenvolveu na sociedade principalmente na América Latina. Conforme Becker, a década de 1980 foi perdida em termos econômicos na América Latina, mas não o foi em termos sociais. A sociedade civil se organizou como nunca verificado, e os diferentes segmentos sociais passaram a demandar uma política capaz de dinamizar a região. Projetos alternativos surgiram, constituindo embriões de novas territorialidades. Os conflitos das décadas de 1970 e 1980 se transfiguraram. A convallescência de projetos resulta em dois vetores de transformação regional, que expressam a estrutura transicional do Estado e do território (Becker, 1995).

Nessa mesma direção de acordo com Raquel Dezidero Souto (2020), a temática ambiental integrou os diversos compôs do conhecimento sistemático acadêmico a partir da metade do século XX, mas já vinham ganhando forma com os intelectuais desde o século XVIII, quando a percepção volta para as relações homem e meio na ação recíproca de alterações do meio. A ideia de crise ambiental também é caracterizada como crise do conhecimento (Moreira, 2006; Leff, 2007), em se pensando na lógica que tudo muda o tempo todo, então os procedimentos metodológicos precisam acompanhar o tempo e o espaço de cada coisa investigada para acompanhar e explicar determinada realidade.

Por Milton Santos se percebe a lógica do espaço como o objeto a serviço de uma dada compreensão social, econômica que prioriza um determinado valor. Conforme esse autor: *“Essas ações são reunidas numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada*



*(sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligados, eles desempenham no processo social. M. Santos – (Coleções-2003).*

Desta feita, faz se necessário compreender as circunstâncias que possibilitam a sacrifização das populações tradicionais locais considerando os fatores que somam para isso, assim como as perspectivas mercadológicas e políticas desenvolvimentista em relação às ameaças socioambientais (CUTTER,2011). Nesse sentido a pesquisa pretende desenvolver compreendendo os fatores dessa relação num espaço heterogêneo de cultura e biodiversidade da Amazônia paraense, a região do Baixo Tocantins, que vem sendo alterada com os grandes projetos instalados e atualmente com mais uma proposta de criação na região de mais um grande porto de integração para atendimento do agronegócio.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Ilha do Capim é uma 72 ilhas do arquipélago do município de Abaetetuba-Pa, situado na Região do Baixo Tocantins. Era basicamente formada pelas comunidades de povos ribeirinhos de hábitos tradicionais da produção de vida no espaço-vivido. Conforme Ana L. Viana (2018), é um espaço territorial dentre os mais antigos no contexto da colonização do estado do Pará.

Uma questão que vem chamando a atenção e a tensão territorial no momento em que um grande empreendimento portuário está projetado na circunvizinhança da ilha do Capim, isto é, o assento na ilha do Xingu do terminal de Uso privado (TUP/Cargill), no Baixo Tocantins.

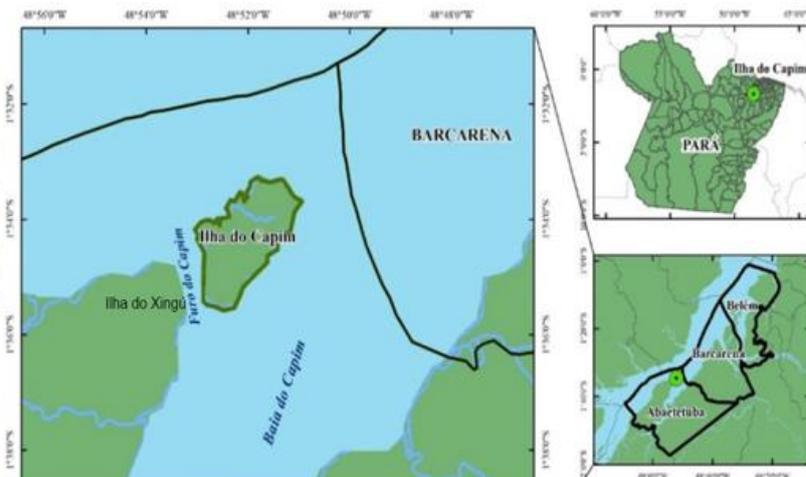
Alguns aspectos dessa territorialização chamam a atenção a saber: de uma lado as ilhas do Capim e Xingu, segundo a associação dos moradores, comportam mais de duzentas famílias ribeirinhas de modos tradicionais de usos coletivos da terra, uma perspectiva de cuidado. E de outro, os interesses lincados aos vetores técnicos do capital, lincado aos grandes projetos para a Amazônia, Ribeiro, (2017), com sua forma privativa do uso do espaço. logo surge uma questão, como ficará a situação da produção de vida dos ribeirinhos com a



limitação de acessos no território? E outras e outras questões que podem ser mensuradas no contexto das forças e limitações, gestão e controle etc.

## 8. ANÉXOS

Área da localização das ilhas do Capim e Xingú, locais da aplicação empírica dessa investigação sobre os impactos ambientais decorrentes de vetores técnicos na região do Baixo Tocantins.



Quadro demonstrativo das principais atividades de produção e extração da região do Baixo Tocantins do estado do Pará.

Figura (...).  
Calendário de manejo e uso nas atividades produtivas. Fonte: Amaral (2018).

ATIVIDADES	MESES DO ANO											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PRODUÇÃO E MANEJO DO AÇAÍ	ENTRESSAFRA MANEJO PÓS-SAFRA		ENTRESSAFRA MANEJO ANTES DA SAFRA				SAFRA COLHEITA E COMERCIALIZAÇÃO					
PESCA (PEIXE E CAMARÃO)	SEGURO DEFESO		PESCA DIURNA		PESCA NOTURNA					SEGURO DEFESO		
PISCICULTURA	SAFRA DO TAMBAQUI											
HORTA-COMUNIDADE DO AJÓ	MENOS OFERTA MAIS DEMANDA (INVERNO)						MAIS OFERTA MENOS DEMANDA (VERÃO)					
criação de pequenos animais (aves e suínos)	CRIAM O ANO TODO											

## 9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil / Organizador Henri Acelrad. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. São Paulo: Contexto, 2007.



ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis. Revista de Psicologia da UNESP 9(1), 2010.

AMAZÔNIA Latitude. A revista das Humanidades Ambientais. Publicação, 2022.

BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond. 2007 [1ª ed. 2004].

CLAVAL, P. A geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp. 11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

COELHO, Allan Silva; VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Convicção e responsabilidade em Max Weber a partir da teoria da irracionalidade da esfera erótica. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 41, núm. 3, 2019.

CUTTER, Susan L. Ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 93, p. 59-69, jun-2011. Disponível em: Acesso em: 02-dez-2015.

DESLAURIERS, Jean-Pierre. E KÉRISIT, Michèle. Publicado em: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FARIAS, Érica Renata Pacheco.; ZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Sacrificação ambiental da Amazônia brasileira a partir do método DPSIR. Novos Cadernos NAEA. v. 25, n. 3, p. 201-228, set-dez 2022.

FERREIRA, Luzivan dos Santos Gonçalves. Gênero de vida ribeirinho na amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA / Luzivan dos Santos Gonçalves Ferreira. - 2013.

FERREIRA, Suzanna da Silva. *Entre Marés E Mangues: Paisagens Territorializadas Por Pescadores Da Resex Marinha De São João Da Ponta/PA*. 2017.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e modernidade. / Paulo Cesar da Costa Gomes. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente / Carlos Walter Porto Gonçalves, 14 ed. São Paulo. Contexto, 2006.

GUEDES, Eneias Barbosa. Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, p. 15-29, 2003.

HERRERA, José Antônio. MOREIRA, Pragana Moreira. A Expansão do capital por grandes projetos: desafios ao reordenamento do território no município de Altamira-Pará. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1315-1130, 2013.

LEE, H. DPSIR and Disaster Risk Analysis. Disaster Advances, [s. l.], v. 6, n.1, p. 47-52, 2013.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. **Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: estado, homem, natureza. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Amazonia Brasileira. Estud. av. 16 (45), agosto de 2002 (disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>).

RODRIGUES, Valdir da Cruz. Ideias, Interesses e Institucionalizações: Propostas de fortalecimento da Agroecologia nos Territórios da Cidadania no Estado do Pará / Valdir da Cruz Rodrigues, 2019.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. A Crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência. Da ciência moderna ao novo senso comum. 4ª ed. - São Paulo: Cortez. 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto: Afrontamento. 1989.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção. 3ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP) 2003.



SANTOS, Milton. e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Christian Nunes da; ROCHA, Gilberto de Miranda; SILVA, João Márcio Palheta. Organizadores. O Espaço Geográfico Amazônico em debate: Dinâmicas Territoriais e Ambientais. GAPTA/UFPA. Belém. 2020.

SOUTO, Raquel Desiderio. Gestão Ambiental e Sustentabilidade em áreas costeiras e marinhas. - Vol. 2 Raquel Dezidério Souto (org.) Edição da autora, 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

STRAUCH, Guilherme Freitas Ewald. A territorialização do capital e as estratégias de resistência camponesa em Paraty/RJ. Superintendência de Desenvolvimento Sustentável – Secretaria de Agricultura Abastecimento e Pesca do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil. v. 23, n. 51, 2020.

TELES, Geise Correa. PIMENTEL, Márcia Aparecida da Silva. Análise de conflitos socioambientais nas reservas extrativistas de São João da Ponta e Curuçá-Pa.

VIANA, Ana Letícia Nascimento. A travessia dos saberes tradicionais amazônicos: Um estudo centrado na cultura do cacau de várzea, no Território do Baixo Tocantins/ PA. UFPA. 2020.

SANTOS, Boa Ventura de. Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.